



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

VALORIZAÇÃO DA CULTURA

Simple como vida de índio

"Apesar da era da tecnologia surpreender diariamente com novos inventos e aplicativos, em uma escola indígena em Ipuçu, a informática faz mais. Ela mostra aos estudantes como é possível utilizar os recursos da rede para aprender e preservar a identidade indígena."

(DC, Geral p.34, dia 12)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 11, 12 e 13/9/2010



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/9/10
Assunto: Valorização da cultura – Simples como a vida de índio		Página: 34 e 35

VALORIZAÇÃO DA CULTURA

Simples como vida de índio

Apesar da era da tecnologia surpreender diariamente com novos inventos e aplicativos, em uma escola indígena em Ipuacu, a informática faz mais. Ela mostra aos estudantes como é possível utilizar os recursos da rede para aprender e preservar a identidade indígena.

História da lua. A lua está no céu. Ela aparece à noite. Aos poucos, o texto digita do por Roselaine de Oliveira, Kaiguang de 15 anos, toma forma na tela do computador. Roselaine é aluna da escola Cacique Vanhkre. O colégio localiza-se em uma área indígena de 15.623 hectares no município de Ipuacu, no Oeste de Santa Catarina. Cacique Vanhkre, primeira escola indígena do Brasil a ter implantado o ensino médio, está informatizada. Situa-se na sede da maior aldeia em população indígena do Estado, com cerca de 6 mil moradores.

Para Roselaine e seus colegas, o computador é um dos atrativos da escola. No laboratório de informática, existem 14. O sinal chega via rádio.

– Eu acho bem fácil mexer no computador. É simples, como nossa vida aqui na aldeia – conta Scheila Cotan da Silveira, 16 anos.

Para a adolescente, os dias com aulas de informática são os melhores.

O colégio também oferece ensino bilíngue, Kaingang e português, do primeiro ano ao terceiro do ensino médio. A partir da primeira série, os alunos começam a teclar. Os estudantes usam para pesquisa, leitura e elaboração de textos. As aulas funcionam em dois turnos.

– O uso do computador mudou muito a nossa realidade. Os alunos parecem mais espertos do que antes – observa Getúlio Narciso Toj'fã, assessor de direção da escola. Para o povo Kaingang, Toj'fã significa “contador de histórias”.

Getúlio mostra dois livros didáticos escritos em Kaingang. As obras foram editadas em parcerias com universidades e ajudam a resgatar a cultura da etnia.

– A escola é muito importante para a nossa comunidade. É comunitária, bilíngue, específica e diferenciada. Um espaço onde nossas raízes e tradições são preservadas, mesmo que hoje se conviva com inovações como o computador.

Getúlio é ex-aluno. Na época em que ele estudava, o colégio não tinha ensino médio e precisou estudar em Palmas, no Paraná. Hoje, todos os educadores são da comunidade.

Para ele, isso reforça a cultura e serve de exemplo para as crianças e jovens da aldeia:



– Ao ver a gente dando aulas, o universo de nossos alunos se amplia. Temos alunos nas universidades, formados e trabalhando em diferentes áreas – explica o ex-aluno.

Jaison Ferreira concorda. Professor de matemática do ensino fundamental e médio, o ex-aluno da escola recorda os tempos de infância junto a outras crianças indígenas.

– O lúdico é muito importante para nós. Nas brincadeiras, ajudamos a preservar nossa história.

Diretores não precisam ser da tribo, mas saber costumes

O professor mora na aldeia, é casado e pai de dois filhos. Por ser comunitária, a escola conta com a participação de todo o grupo. A cada bimestre, é feita uma assembleia geral, com a participação dos estudantes, educadores, pais e lideranças. Em um desses encontros foi tomada a decisão sobre a identidade Kaingang.

Existe um entendimento que ainda não tenha nascido índio, uma pessoa pode ser diretora da escola, desde que viva e respeite as tradições. É o caso da atual diretora. Não nasceu índia, mas é casada com um deles e possui filhos. Seu convívio na aldeia deu-lhe a oportunidade de dirigir a escola, uma espécie de templo.

angela.bastos@diario.com.br

ÂNGELA BASTOS | IPUAÇU



Histórico indígena
A história da educação na Terra Indígena Xaçecó passou por várias etapas
- Antes de 1912, a educação era de geração a geração. Na idade de nove anos, quando se saía para caçar com o pai, ele ensinava que o canto dos passarinhos avisava se o dia era propício para caçar.
- Houve um professor não índio chamado Samuel que ensinava nas casas
- Em 1947, conforme relatos que os índios tiveram com o professor Felicíssimo Belino, as aulas eram ministradas embaixo das árvores. O chefe do posto era Selistre de Campos e pagava pelo ensino
- Em meados de 1960, foi criada a primeira escola da aldeia chamada Escola Estadual São Pedro, na aldeia Água Branca. Em 1975, foi transferida para a sede da Terra Indígena Xaçecó, onde passou a se chamar Escola Isolada Federal Posto Indígena Xaçecó
- Por volta de 1984, recebe a denominação de Escola Federal Vitorino Kondá.
- No ano de 1998, foi aprovado o Ensino Médio. Passando, então, a se chamar Colégio Estadual Vitorino Kondá. É a primeira escola indígena a ter ensino médio no Brasil.
- Um aprofundado estudo sobre a vida do Índio Vitorino Kondá fez com que o nome da escola fosse trocado: descobriram que Kondá era contratado por grandes fazendeiros para facilitar a entrada dos nãoíndios para ocuparem terras indígenas. Com isso, cresciam as fazendas e diminuam suas áreas.
- Liderança do cacique Vanhkre, o primeiro responsável pela demarcação da terra foi reconhecida
- No ano de 2000, através da portaria E/040/SED de 07/06/2000, passou então a ser chamada Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre
- Em 2001, por solicitação da comunidade indígena e o grande número de crianças de quatro a seis anos, começou a educação infantil com ensino bilíngue.
Escola Cacique Vanhkre
- Ensino fundamental
- Educação Especial: turma especial de surdos
- Ensino médio
- Educação de Jovens e Adultos (cede o espaço físico para o Ceja)
Alunos indígenas 879 matriculados
Não indígenas 15 (noturno)
Professores 4



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/9/10
Assunto: Valorização da cultura – Simples como a vida de índio		Página: 34 e 35

VALORIZAÇÃO DA CULTURA **População precisa de mais espaço**

A ampliação das salas de aula é uma necessidade da Escola Cacique Vanhkre. Inaugurada em agosto de 2000, desde então não passou por reformas. O número de alunos cresceu e lugares que antes serviam para atividades de artes e vídeos hoje estão ocupados por quadro de giz e cadeiras.

Concebida com a participação dos índios, a obra conta com três blocos: um para a escola, de forma circular; outro para o ginásio de esportes, no formato de abóboda, imitando as placas de uma “casca de tatu”; e um terceiro, que é o anfiteatro, na forma estilizada de “tartaruga”.

Com o passar do anos, estes espaços sofreram com a ação do tempo. O telhado está com infiltração e a tela de arame que cerca o colégio está danificada. Apesar disso, nos últimos 10 anos, apenas duas invasões foram registradas: foram levados um rádio e DVDs. O centro de cultura também precisa de nova cobertura.

A situação das estradas da aldeia é ruim. Quando chove muito, o acesso fica precário e os estudantes faltam. O saneamento também é ruim: 40% das casas se utilizam de privadas. Diferente do que ocorre na aldeia-sede, nas áreas do interior ainda existem família morando em barracos.

VALORIZAÇÃO DA CULTURA **Métodos levam em conta a cultura**

Em Santa Catarina, vivem cerca de 10 mil indígenas das etnias Xokleng, Kaingang e Guarani. Os alunos índios são 2.180, atendidos por 35 escolas públicas estaduais específicas.

Ainda que exista influência do modelo da escola para os que não são índios, o método de ensino é específico e os professores recebem formação especializada para trabalhar com esta população.

– Uma das garantias é a língua materna em todos os níveis – explica Helena Alpini Rosa, técnica da equipe de Educação Escolar Indígena.

Isso inclui itens como artes (artesanato) e costumes. O trabalho na agricultura e atividades na casa de reza (templos) constam como curriculares. Seguindo as tradições, alguns feriados não são comemorados. Em compensação, o Dia do Índio tem as comemorações com encontros para debates acerca da realidade de cada povo.

Os Xokleng moram nos municípios de José Boiteux e Vitor Meirelles. Seus alunos estudam dentro da área indígena, em uma escola de educação básica, uma escola de ensino fundamental com extensão de ensino médio e uma escola com séries iniciais.

Os Kaingang residem nos municípios de Ipuauçu, Entre Rios, Chapecó, Seara, Porto União, Abelardo Luz e Concórdia. Estudam em uma escola de educação básica (Ipuauçu), uma escola de ensino fundamental e 16 escolas que atendem apenas as séries iniciais.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Geral	Data: 12//09/10
Assunto: Ligados ao mundo digital		Página: 12

EDUCAÇÃO

Ligados ao mundo digital

Primeira escola indígena do Brasil a ter ensino médio, também é a primeira a ter computadores e internet

Aos poucos, o texto teclado por Roselaine de Oliveira, 15 anos, toma forma na tela do computador. Ela é um dos 879 alunos da escola Cacique Vanhkr. O colégio fica na área indígena de 15.623 hectares, em Ipuauçu, Oeste de Santa Catarina. A Cacique Vanhkre, primeira escola indígena do Brasil a ter ensino médio, está informatizada. Está na sede da maior aldeia em população indígena do Estado, com cerca de seis mil moradores.

Para Roselaine e os colegas, o computador é um dos atrativos. No laboratório de informática há 14 computadores com internet. O sinal chega via rádio. “Eu acho bem fácil mexer no computador. É simples, como nossa vida aqui na aldeia,” conta Scheila Cotan da Silveira, 16. Para a adolescente, os dias com aulas de informática são os melhores.

O colégio também oferece ensino bilíngüe, caingangue e português, do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. A partir da primeira série, os alunos começam a teclar. Os estudantes usam para pesquisa, leitura e elaboração de textos. “O uso do computador mudou muito a nossa realidade. Os alunos parecem mais espertos do que antes”, observa Getúlio Narciso Toj’fã, assessor de direção da escola. Para o povo caingangue, Toj’fã significa ‘contador de histórias’.

Getúlio mostra dois livros didáticos escritos em caingangue. As obras foram editadas em parcerias com universidades e ajudam a resgatar a cultura da etnia. “A escola é importante para a comunidade. É comunitária, bilíngüe, específica e diferenciada. Um espaço onde nossas raízes e tradições são preservadas, mesmo que hoje se conviva com inovações como o computador.”

Todos os educadores são da comunidade. Getúlio é ex-aluno. Para ele, isso reforça a cultura e serve de exemplo para as crianças e jovens.

O aprendizado

- Antes de 1912, a educação era de geração a geração.

- Em 1947, conforme relatos que os índios tiveram com o professor Felicíssimo Belino, as aulas eram ministradas embaixo das árvores. O chefe do posto era Selistre de Campos e pagava pelo ensino

Em meados de 1960, foi criada a primeira escola da aldeia chamada Escola Estadual São Pedro, na aldeia Água Branca. Em 1975,

foi transferida para a sede

da terra indígena Xapecó, onde passou a ser chamada Escola Isolada Federal Posto Indígena Xapecó.



- Por volta de 1984, recebe a denominação de Escola Federal Vitorino Kondá.

- No ano de 1998, foi aprovado o Ensino Médio. Passando então a ser chamada Colégio Estadual Vitorino Kondá. É a primeira Escola Indígena a ter ensino médio no Brasil. Um aprofundado estudo sobre a vida do índio Vitorino Kondá fez com que o nome da escola fosse trocado: descobriram que Kondá era contratado por grandes fazendeiros para facilitar a entrada dos não índios para ocuparem terras indígenas. Com isso, cresciam as fazendas e diminuía

as áreas indígenas.

- Em 2000, o trabalho do cacique Vanhkre, responsável pela demarcação da terra, foi reconhecido. Por meio de uma portaria a escola recebeu o nome de Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre.

- Em 2001, por solicitação da comunidade indígena e por causa do grande número de crianças de quatro a seis anos, começou a educação infantil com ensino bilíngue.

Na internet:

www.caciquevanhkre.rct-sc.br



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Economia	data: 13/9/2010
Assunto: Entre os dez mais desiguais		Página: 10

Estudo. Baixa escolaridade mantém o Brasil no topo do ranking mundial, aponta economista da FGV

Entre os dez mais desiguais

BRASÍLIA – A baixa escolaridade da população brasileira mantém o país entre as dez nações mais desiguais do mundo. “Ainda estamos no top dez da desigualdade mundial”, afirma o economista-chefe do Centro de Políticas Sociais vinculado à FGV (Fundação Getúlio Vargas), Marcelo Côrtes Neri.

Análise publicada pelo economista na última sexta-feira mostra que desde 1996 há redução do índice de Gini. O indicador, que mede a concentração de renda (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade), caiu de 0,6068, naquele ano, para

0,5448, em 2009. Apesar da queda, o índice brasileiro é superior ao de países como os Estados Unidos (em torno de 0,400) e da Índia (0,300); e está próximo ao de nações mais pobres da América Latina e do Caribe e da África Subsaariana. “Saímos do pódio, mas ainda estamos entre os mais desiguais”, aponta o economista.

Segundo Marcelo Neri, para diminuir a desigualdade é preciso que a renda das classes mais baixas continue crescendo, que se mantenham programas sociais focados na população mais pobre e, sobretudo, que o Estado amplie a oferta de educação

de mais qualidade e as pessoas permaneçam na escola.

O sociólogo e cientista político Simon Schwartzman, presidente do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), assinala que “a educação no Brasil é muito ruim” e que há um “excesso de valorização” da escolaridade, o que explica a grande diferença salarial entre quem tem curso superior e quem não tem nenhuma formação. Para ele, o desempenho educacional “não tem melhorado muito” e, portanto, nos próximos dez anos, o quadro de desigualdade permanecerá.

País ainda vive “sequelas do passado”

Para o gerente da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cimar Azeredo, o Brasil tem “mazelas que não se desfazem de uma década para outra.” Ele citou a diferença entre a renda de homens e mulheres, brancos e negros. “O passivo é muito grande. Somos há muito

tempo um país desigual.”

O estatístico e economista Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), confirma que o país ainda vive “as sequelas do passado” demonstradas, por exemplo, na última Pnad, que, além da desigualdade perene, indica que um

em cada cinco brasileiros com 15 anos ou mais tem menos de quatro anos de estudo.

De acordo com a Pnad, o percentual de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola em 2009 era de 97,6%. Na avaliação dos especialistas, a permanência dessas crianças na escola resultará em melhoria de renda no futuro.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 13/9/10
Assunto: Baixa escolaridade mantém Brasil entre os 10 mais desiguais		Página: Online

Baixa escolaridade mantém Brasil entre os 10 mais desiguais

A baixa escolaridade da população brasileira mantém o país entre as dez nações mais desiguais do mundo. “Ainda estamos no top 10 da desigualdade mundial”, afirma o economista-chefe do Centro de Políticas Sociais vinculado à Fundação Getulio Vargas (FGV), Marcelo Côrtes Neri.

Análise publicada pelo economista na última sexta-feira (10) mostra que desde 1996 há redução do índice de Gini. O indicador, que mede a concentração de renda (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade), caiu de 0,6068, naquele ano, para 0,5448, em 2009.

Segundo a Agência Brasil, apesar da queda, o índice brasileiro é superior ao de países como os Estados Unidos (em torno de 0,400) e da Índia (0,300); e está próximo ao de nações mais pobres da América Latina e do Caribe e da África Subsaariana. “Saímos do pódio, mas ainda estamos entre os mais desiguais”, aponta o economista.

Segundo Marcelo Neri, para diminuir a desigualdade é preciso que a renda das classes mais baixas continue crescendo; que se mantenham programas sociais focados na população mais pobre; e, sobretudo, que o Estado amplie a oferta de educação de mais qualidade e as pessoas permaneçam na escola.

O sociólogo e cientista político Simon Schwartzman, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), assinala que “a educação no Brasil é muito ruim” e que há um “excesso de valorização” da escolaridade, o que explica a grande diferença salarial entre quem tem curso superior e quem não tem nenhuma formação. Para ele, o desempenho educacional “não tem melhorado muito” e, portanto, nos próximos dez anos o quadro de desigualdade permanecerá.

Para o gerente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cimar Azeredo, o Brasil tem “mazelas que não se desfazem de uma década para outra”. Ele citou a diferença entre a renda de homens e mulheres, brancos e negros. “O passivo é muito grande. Somos há muito tempo um país desigual.”



O estatístico e economista Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), confirma que o país ainda vive “as sequelas do passado” demonstradas, por exemplo, na última Pnad, que, além da desigualdade perene, indica que um em cada cinco brasileiros com 15 anos ou mais tem menos de quatro anos de estudo.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Jaraguá	Data: 11/09/10
Assunto: Mais do que uma brincadeira		Página: 4

ROBÓTICA

Mais do que uma brincadeira

Alunos aprendem a raciocinar rápido com a montagem de peças de lego

Algumas peças de lego e tecnologia são mais do que brinquedos nas mãos de adolescentes da Escola Bom Jesus Divina Providência, de Jaraguá do Sul. Desde março, em uma parceria com Primeira Liga da Lego e da Lego Education, instituições que fornecem os materiais, um grupo de 38 alunos tem aprendido uma série de lições que vão da matemática a trabalhar em grupo com a montagem de robôs e veículos.

Na manhã deste sábado, os alunos, divididos em cinco grupos, disputarão o torneio de robótica, para ver quem irá representar Jaraguá no torneio microrregional da Liga, em Curitiba, no fim deste ano. De acordo com o professor e instrutor André Sala, da Lego Education, a ideia do projeto é levar os alunos a solucionar problemas da vida real com o uso da robótica. As aulas ocorrem às sextas.

Em um cenário montado sobre uma mesa de pouco mais de dois metros de comprimento, os alunos precisam programar o robô de lego para retirar peças prejudiciais ao meio ambiente ou levar uma bicicleta até uma casa.

“A bola cinza significa dióxido de carbono, por exemplo. Precisamos tirar com o robô e colocar no local correto”, conta a estudante Letícia Laube, 14 anos.

A cada peça colocada no lugar certo, o grupo ganha dez pontos. Quem terminar todas as tarefas em dois minutos e meio, conquistando o maior número de pontos, vencerá o torneio.

Eduardo Waltrick, 12 anos, da 6ª série, integrante do grupo de Letícia, está satisfeito em participar do desafio. Ele se interessou pelo projeto porque já tinha peças de lego em casa e queria aprender a programar as invenções.

“Meu pai diz que eu levo jeito para ser engenheiro”, diz. Embora ainda não tenha escolhido uma profissão, Eduardo gosta das aulas de robótica.

Gabriel Rezende, 12 anos, faz parte do grupo por dois motivos bem diferentes: gosta de matemática e de montar as peças de lego.



“Embora os alunos tenham de calcular graus e usar fórmulas de física, eles se dedicam bastante. Alguns não sabiam como usar computador quando começaram. Hoje, eles usam muito bem o notebook”, comemora.

Os alunos participam do projeto voluntariamente e em horário fora do período de aulas. “Desde março, não tivemos nenhuma desistência. É uma atividade que também estimula o lado de empreendedor do aluno, a montar o seu próprio projeto”, afirma a gestora do Bom Jesus, Stela Wontroba. Outro ponto positivo, lembra a gestora, é que os alunos são divididos em grupos, o que estimula o trabalho em equipe.

“Hoje, saber lidar com as pessoas é uma exigência do mercado”, ressalta.

Multimídia

- Aluno Eduardo Waltrick está encarando novos desafios



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN <i>Joinville</i>	Data: 11//09/10
Assunto: Etapa reúne estudantes de cem escolas		Página: 12

EDUCAÇÃO

Etapa reúne estudantes de cem escolas

Estudantes de cem escolas de Joinville participam da segunda fase das Olimpíadas de Matemática, neste sábado. A prova será aplicada em mais de 8 mil centros em aproximadamente 5 mil cidades brasileiras.

Para participar, os alunos são divididos em três níveis (veja quadro). Professores auxiliam os estudantes estimulando o estudo da matemática por meio da resolução de problemas despertando o interesse e a curiosidade.

A diretora da Escola Anaburgo, Elizabete Fischer Telles de Proença, acredita que este tipo de desafio motiva os estudantes. “A Thalita é um exemplo. É uma das melhores. Temos outros quatro alunos selecionados. É bom para a escola e para o estudantes”, diz a professora, orgulhosa do restulado dos alunos.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN,joinville	Data: 11//09/10
Assunto: Sem medo dos números		Página: 12

EDUCAÇÃO

Sem medo dos números

Alunos se preparam para as Olimpíadas de Matemática, que serão neste sábado

Quando a professora de ciências da Escola Municipal Anaburgo chegou até uma das alunas parabenizando Thalita de Oliveira Dittrich por ela ter passado na 1ª fase da Olimpíadas Brasileiras de Matemática de Escolas Públicas, a estudante não acreditou.

Foi atrás da professora de matemática para ter certeza de que o nome dela estava na lista dos selecionados. Ela é uma das estudantes que farão a prova da 2ª e última fase das Olimpíadas, neste sábado. E garante estar bem preparada.

Thalita tem por quem puxar. Os dois irmãos, estudantes do ensino médio, sempre ficavam entre os melhores na escola Anaburgo. Um deles garantiu até uma bolsa na Escola Tupy. Thalita segue o exemplo dos mais velhos. Passar na primeira prova das Olimpíadas foi um desafio. A estudante da 5ª série conta que a professora chegou na sala e distribuiu a prova, sem avisar que se tratava do concurso. “Foram duas surpresas: primeiro a prova e, depois, o resultado. Só quando ela colocou a prova na mesa vi que era das Olimpíadas”, diz.

A estudante é um dos 860 mil alunos selecionados entre os 19.650 milhões que fizeram a 1ª fase em todo o País. Para estudar, Thalita conta com o apoio da prima, que faz algumas questões para ela resolver.

“Meus pais ficaram bem felizes quando souberam do resultado. E o pai cobra muito quando o assunto é estudo”, completa.

Mas Thalita faz porque que gosta. O caderno é um capricho só. Canetas e lápis coloridos para destacar os números, régua para fazer linhas e separar os problemas e, nas horas vagas, gosta de ler. Está sempre na biblioteca da escola. Por enquanto, ela sonha ser professora de português.

“Gosto da disciplina. Se bem que não tenho medo dos números, mas às vezes eu penso ‘Ih, isso é complicado’”, risos.

taisa.rodriques@an.com.br

TAÍSA RODRIGUES



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 12//09/10
Assunto: Aluno com deficiência vai ter ajudante		Página: online

Aluno com deficiência vai ter ajudante

Prefeitura de São Paulo implementa projeto que facilitará a vida escolar dessas crianças; profissional especializado acompanhará aulas
12 de setembro de 2010 | 0h 00

Este é o primeiro ano de Lucas Ribeiro, de 14 anos, na escola. Matriculado na 4.^a série, ele, que tem síndrome de Down e é surdo, progride a cada dia, interagindo com colegas e professores. Ele é um dos 14 mil alunos com deficiência na rede regular municipal de São Paulo que, a partir de outubro, serão beneficiados com as iniciativas do projeto Incluir, que prevê a expansão da quantidade e da qualidade dos serviços de educação inclusiva, integrando-os com a saúde pública e a assistência social.

Entre as principais metas do programa, que será lançado na terça-feira, está a contratação de 500 auxiliares de vida escolar para cuidar dos 697 estudantes com deficiências graves que, sem a ajuda, não conseguiriam frequentar a escola. Esses profissionais serão responsáveis pela higiene, locomoção e socialização das crianças. "Algumas crianças usam fraldas, sondas. O professor não tem condições de cuidar disso. É esse profissional, selecionado na própria comunidade, que vai apoiar o aluno", explica o secretário de Educação, Alexandre Schneider.

O Incluir é uma parceria entre a secretaria e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, entidade ligada à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O projeto prevê uma equipe multidisciplinar com 57 profissionais da saúde - como neurologistas, psiquiatras, nutricionistas, enfermeiros e pediatras - para apoiar o Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão, órgão da Prefeitura.

"A ideia é acompanhar o desenvolvimento das crianças, verificando se os pais estão marcando e comparecendo às consultas indicadas por esses médicos", afirma Silvana Drago, responsável pela educação especial na secretaria.

A compra de mobiliário e materiais e a reforma das escolas também entram no Incluir. As seis escolas especiais da rede devem ser reformuladas para funcionar como escolas bilíngues para surdos e surdos com múltiplas deficiências. A verba para educação especial da pasta para este ano é de R\$ 55,7 milhões. Para o ano que vem, estão previstos R\$ 76,9 milhões.



Polêmica. A inclusão de crianças com deficiência nas redes regulares de ensino é um debate antigo na educação brasileira. Pela lei, todos têm direito a escolas regulares. No entanto, o número de matrículas de crianças com deficiência em escolas regulares só superou o das instituições especiais em 2008. Em 2007, 47% estavam em escolas regulares. No ano seguinte, esse número foi para 54%.

Segundo um parecer do Conselho Nacional de Educação homologado pelo Ministério da Educação em 2009, os alunos com deficiência devem ser matriculados na escola regular e receber atendimento especializado no contraturno na própria escola ou em entidades parceiras da rede. Eles devem receber financiamento duplo da União.

Os maiores obstáculos para incluir um aluno com deficiência passam por questões de infraestrutura, metodologia pedagógica, materiais didáticos, professores e profissionais de apoio e preconceito (leia mais abaixo).

Especialistas em inclusão apoiam o projeto da secretaria, mas ressaltam cuidados. Para a professora Ida Mara Freire, da Universidade Federal de Santa Catarina, é importante que docentes e acompanhantes sejam bem preparados, para que a iniciativa não se torne uma barreira a mais à inclusão do aluno. "A ênfase não pode ser no auxiliar. Muitas vezes, em vez de falar com o aluno, o professor acaba se dirigindo ao acompanhante", alerta. Ela defende a convivência em escolas regulares. "Quando você está com pessoas diferentes, você não se acomoda. Você inspira e é inspirado", diz.

Para a psicopedagoga da Santa Casa Ana Lucia Rago, a maioria das crianças pode ter o desempenho melhorado com mudanças simples. "Grande parte das dificuldades de aprendizagem se deve ao despreparo do professor. O tema tem sido cada vez mais abordado nas licenciaturas, mas ainda de forma superficial", diz.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 12//09/10
Assunto: Inclusão pede preparo estrutural e pedagógico		Página: online

Inclusão pede preparo estrutural e pedagógico

Adaptar o currículo e encontrar a melhor maneira de explorar o potencial da criança são desafios dos professores

Com um punhado de giz de cera colorido, Daniel Shumaker, de 5 anos, pinta a folha sulfite da atividade proposta pela professora. Cada pincel é adaptado para caber direitinho em sua mão - Daniel tem paralisia cerebral. "Gosto de brincar com os meus amigos aqui", conta o garoto, que sonha em ser policial quando crescer. Depois que o parquinho da escola municipal em que estuda foi reformado com rampas, Daniel, que é cadeirante, passou a brincar na areia.

Além de adaptações na arquitetura e nos materiais didáticos, a rotina de uma criança com deficiência numa escola regular exige preparo dos educadores e funcionários. Para os professores, os maiores desafios são, principalmente, adaptar o currículo e encontrar a melhor forma de explorar o potencial da criança.

"Eles aprendem do jeito deles. Todos somos diferentes. É o mesmo com eles: cada um tem seu tempo, seu canal de comunicação", sintetiza a professora Catia Ramalheiro, que educa 20 crianças com deficiência em uma das salas de apoio e acompanhamento à inclusão da Prefeitura.

Criar vínculo com o aluno e humanizar a turma para receber a criança são outras tarefas importantes. "A inclusão social começa na escola. Algumas mães, depois que matriculam o filho, passam a ter coragem de levá-lo ao mercado ou ao shopping", conta Débora Corrêa, de 29 anos, professora de apoio e acompanhamento à inclusão.

O processo de inclusão, seja na rede pública ou na particular, é delicado e exige muitos esforços da escola. Não foi o que aconteceu com Marina Massayo Yonashiro. Quando estava na 6.^a série, ela perdeu a visão. A princípio, decidiu ficar no colégio onde estudava há anos, mas percebeu que não foram feitos esforços para atender suas necessidades. "Achei que não era mais bem recebida."

Na 8.^a série ela se transferiu para o Arquidiocesano, onde hoje, com 16 anos, cursa o 2.^o ano do ensino médio. "A Marina é sensível, estudiosa, independente. Ninguém tem dó dela. Tê-la aqui é um aprendizado para professores e colegas", diz a assessora pedagógica Marisa Rosseto.

Medo. Ao aceitar a matrícula de um aluno com deficiência, os colégios precisam se dedicar a fazer um bom trabalho pedagógico e de socialização.



"Não adianta incluir para excluir em seguida", diz Célia Tilkian, diretora da escola PlayPen, que já teve alunos que ficavam com acompanhante em sala.

Muitos pais, porém, sentem medo de deixar seus filhos em colégios regulares. "As escolas especiais sempre foram associadas à ideia de proteção. O medo é justificável, por isso tem de haver simultaneamente um suporte para a família", afirma Marília Costa, gerente técnica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

A experiência do Colégio Radial, que recebe alunos surdos desde 1994, mostra que é possível fazer com que todos convivam bem. "Para os surdos, a experiência é vantajosa para aprenderem como se integrar de forma plena, treinando para o futuro profissional. Os ouvintes ganham ao conhecer, conviver e respeitar as diferenças e os limites de cada um", diz Ana Lúcia Thalhammer, coordenadora da área de surdez.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 09//09/10
Assunto: Para que servem as avaliações de alunos e professores?		Página: online

Opinião: Para que servem as avaliações de alunos e professores?

Sentido das provas no Brasil ainda é questionável.
Exames deveriam ajudar a melhorar o ensino e o aprendizado.

Uma questão que parece não ter uma resposta clara é para que serve uma avaliação. Ao menos na área da educação formal. Avaliar é um recurso que é usado constantemente, até para decidirmos a roupa que será usada em determinado dia. Por alguns critérios, como temperatura e tipo de compromisso, optamos por uma vestimenta ou outra. Isso, para que as coisas tenham chance de funcionar de maneira mais certa.

Na escola, a prova sempre foi um instrumento usado para se decidir quanto um aluno aprendeu: determina-se com ela o valor da aprendizagem. E muitas vezes para por aí. Informa-se o aluno se ele sabe muito, o suficiente, pouco ou nada – tendo ele que se virar sozinho (ou com apoio da família) para mudar a situação caso ela não ande bem. Em alguns casos, não vai além de colocá-lo no lugar daquele que não aprende mesmo. Para os que vão bem, a recompensa é a nota.

E as avaliações têm continuado: Prova Brasil, Enem, Saesp e outras mais que vão surgindo e avaliam o aluno. Agora, alguns estados brasileiros têm usado as notas dessas provas para avaliarem também os professores. Incluíram outros critérios como número de faltas dos docentes, aprovação dos alunos, o nível socioeconômico e outros. Cada estado acaba usando os seus próprios.

Para os professores que se saem bem, há um reconhecimento bastante significativo em todos os estados. E merecido, diga-se de passagem – algum tipo de bônus financeiro. Significativo e merecido por ser uma classe, o professor da rede pública, que ganha mal e com péssimas condições de trabalho.

Aqui há um problema – o professor que é selecionado, responde a uma coordenação, direção, delegacia de ensino, secretaria de educação etc... só tem um salário melhor se provar que ensina bem. A lógica deveria ser diferente: o professor deve ter um salário suficiente para que possa exercer seu trabalho de formação de pessoas em condições dignas (espacial, de segurança etc), atualizar-se, informar-se e se sustentar. Sendo orientado (como em qualquer trabalho) pelas diversas instâncias que existem. Para aí sim ser avaliado e cobrado naquilo que vai mal.

E assim como com os alunos que tiram notas ruins, com os professores nessas condições não acontece nada. Ou melhor, deixam de ganhar o bônus extra.



Parece que com a educação no Brasil não vale a ideia de se aprender com a experiência. Querem fazer com os professores o mesmo que com seus alunos, mantendo o estado das coisas, ou seja, educação pública de baixa qualidade. E cada um que corra atrás de seu prejuízo.

Ainda não sei para que servem essas avaliações em nosso país. Há investimentos que não resultam em melhorias. Para os que vão bem – ótimo, para os outros...

Está na hora de fazer acontecer nesse setor do país. Que se tem que avaliar alunos e professores, não há dúvida. Mas com a finalidade de se tomar conhecimento sobre as necessidades reais para que todos possam aprender e ensinar em condições dignas.

Isso não quer dizer métodos milagrosos e que deem conta de todos: alunos e professores. Mas que ambos sejam responsáveis naquilo que lhe dizem respeito, com a possibilidade de agirem como seres pensantes e não meros reprodutores de uma ideologia falida.

Para isso, se faz necessária uma ação real do governo, que ele realmente use dessas avaliações para saber onde é preciso melhorar na educação, para que as coisas aconteçam concretamente, com sua direção e valorização do setor, e não por conta de cada um. Só assim ocorrerá uma mudança.

Afinal, deveria ser para isso que existe a avaliação.

(Ana Cássia Maturano é psicóloga e psicopedagoga)



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	data: 13/9/2010
Assunto: Fanfarra também é escola de música		Página: 19

Banda sinfônica.

Fanfarra também é escola de música

Cerca de 30 integrantes serão selecionados para participar da Banda Marcial Sinfônica de Governador Celso Ramos, criada recentemente pela Secretaria de Educação e Cultura. A intenção é instrumentalizar e profissionalizar alunos da rede pública de ensino. Pelo menos R\$ 30 mil foram investidos na aquisição de instrumentos musicais, como bumbo sinfônico, caixas de tenor, trompetes, barítonos de marcha, trompetes e trombones.

“Torcemos intensamente pelos

participantes da fanfarra e da banda marcial. O trabalho é desenvolvido com determinação pelos alunos, filhos de pescadores e pessoas humildes de nossa terra, que têm demonstrado grande talento. Investiremos o que for necessário”, observa a secretária de Educação e Cultura, Azenir Porto Soares.

Rafael Haskel, maestro da Famugov (Fanfarra Municipal de Governador Celso Ramos) e responsável pela formação da banda, observa que os

dois trabalhos serão distintos. A inscrição para uma das 40 vagas na Famugov pode ser feita no próximo sábado, no ginásio de esportes de Calheiros.

SERVIÇO	Inscrições
<input checked="" type="checkbox"/> Onde:	Ginásio de esportes de Calheiros
<input checked="" type="checkbox"/> Quando:	Sábado, 18, às 9 horas
<input checked="" type="checkbox"/> Requisito:	Ter entre 12 a 20 anos
<input checked="" type="checkbox"/> Informações:	8432-2862



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 13/9/10
Assunto: Projeto admite formação de professor a distância		Página: Online

Projeto admite formação de professor a distância

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7602/10, do deputado Antônio Bulhões (PRB-SP), que autoriza a formação inicial de professores por meio de educação a distância. O texto altera o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) para admitir essa possibilidade.

De acordo com a Agência Câmara, atualmente, a LDB permite o uso da educação a distância somente para a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. Para a formação inicial é dada preferência ao ensino presencial, e os recursos e tecnologias de educação a distância podem ser usados apenas em caráter complementar.

Antônio Bulhões argumenta que atualmente a LDB discrimina de forma negativa o ensino a distância, "que vem crescendo vertiginosamente nos últimos anos". Ele cita dados da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) indicando que esse tipo de ensino foi utilizado por 2,6 milhões de brasileiros em 2008. Na graduação, a modalidade saltou de 5.287 estudantes em 2002 para 760 mil em 2008.

Esses números, segundo o deputado, mostram a consolidação do segmento como "uma nova perspectiva para a educação nacional". Bulhões prossegue dizendo que o preconceito contra os métodos de educar a distância "vem sendo gradativamente vencido pela qualidade dos resultados".

Ele menciona também que no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes de 2007 os alunos de cursos a distância ficaram em posição superior aos alunos de cursos presenciais em 7 dos 13 casos nos quais se fez a comparação.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será examinado pelas comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Cotidiano	Data: 13/9/10
Assunto: Facebook é o vilão do boletim, diz estufa (Sexo & e Saúde)		Página: Online

Facebook é o vilão do boletim, diz estudo (Sexo & Saúde)

NA ÚLTIMA semana, foi publicado um estudo feito na Holanda que sugere uma relação entre o uso do Facebook e um pior desempenho dos alunos na escola. Apesar de ser uma pesquisa inicial, feita com cerca de 200 jovens, ela traz considerações interessantes.

Segundo o estudo, jovens que ficam conectados a redes sociais têm notas 20% piores do que aqueles que não permanecem conectados. Qual seria a causa?

Quem usa internet sabe que é comum ter várias janelas e canais de comunicação abertos ao mesmo tempo. Assim, enquanto faz pesquisas escolares e estuda, o jovem também "conversa" com amigos, posta mensagens e fotos, checka o que seus amigos escrevem, baixa música e vê filmes.

Mal comparando, é como se você abrisse um livro para estudar para uma prova, mas também estivesse falando ao telefone, lendo uma revista e assistindo à televisão. É lógico que a atenção e a concentração devem ficar prejudicadas, e a qualidade do estudo cai.

Muito já se disse sobre a capacidade dessa geração de ter uma atenção flutuante, ou seja, poder fazer várias coisas ao mesmo tempo, sem prejuízo da qualidade com que executa as atividades. Vamos combinar que isso é difícil de acreditar, não é? Há um limite para isso!

Além do que, quem passa horas conectado às redes sociais acaba tendo menos tempo para estudar. Aliás, esse foi outro resultado da pesquisa. Talvez tudo isso aponte para uma constatação óbvia: para focar sua sua atenção na hora de estudar talvez seja uma boa ideia ficar off-line das redes sociais. Da mesma maneira que é bom desligar a TV na hora de ler um livro, certo?

Um grupo de pesquisa está fechando estudo de uso de internet com mais de 10 mil jovens de todo o Brasil. Daqui a algumas semanas, conto o que constatamos. Por enquanto, para saber mais sobre essa pesquisa, acesse bit.ly/csptgz. É isso!



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Cotidiano	Data: 13/9/10
Assunto: 1/5 sai do colegial com matemática de 4ª série		Página: Online

1/5 sai do colegial com matemática de 4ª série

Só 11% dos alunos do 3º ano têm conhecimento adequado a seu nível. Para Mozart Neves Ramos, presidente do Todos Pela Educação, faltam professores com formação específica.

Um quinto dos alunos que terminam o ensino médio no Brasil não sabe em matemática nem o que se espera para um estudante do 5º ano (ou 4ª série) do fundamental. Apenas 11% têm conhecimento adequado para este nível de ensino na disciplina. No caso dos estudantes com conhecimento abaixo do 5º ano, isso significa que fazem apenas operações básicas como soma e divisão.

Ao se depararem com gráficos com mais de uma coluna ou na hora de converter medidas -como quilogramas em gramas- apresentam dificuldades.

Os dados foram obtidos pela Folha a partir da Prova Brasil e do Saeb, exames do Ministério da Educação que avaliam alunos de escolas públicas e particulares em matemática e português.

Entre todos os níveis analisados -a prova avalia alunos no 5º e 9º anos do fundamental, além da última série do médio-, o pior desempenho foi em matemática no 3º ano do antigo colegial.

Na comparação com 2005, o resultado de 2009 de alunos com nível adequado caiu de 13% para 11% .

Se, ao final do ciclo básico escolar, os resultados são desanimadores, no início há sinais de mudança. Em matemática, aumentou de 20% para 33% o percentual de alunos com conhecimento adequado no 5º ano.

A divisão dos alunos em níveis adequados ou não é feita a partir dos resultados fornecidos pelo Inep (órgão do MEC responsável pelas avaliações), mas usando a escala do movimento Todos Pela Educação, que cobra do poder público metas a serem atingidas até 2022.

O MEC apenas informa a distribuição dos alunos em 14 níveis de aprendizado, sem utilizar termos como adequado ou avançado.

Mozart Neves Ramos, presidente do Todos Pela Educação, destaca que, em português, varia pouco o total de alunos com conhecimento adequado nos três níveis.

Já em matemática, o que se observa é uma queda brutal, com um percentual de 33% nos anos iniciais e de apenas 11% ao final do ensino médio com aprendizado adequado.

"O problema em matemática é que, no início, é mais fácil ensinar as operações básicas. Nos níveis seguintes, no entanto, a matéria fica muito mais complexa, e faltam professores com formação específica", diz Ramos.

IMPACTO DA ESCOLA

Paula Louzano, pesquisadora com doutorado em Política Educacional pela Universidade Harvard (EUA), lembra que a análise do desempenho em matemática costuma refletir mais o impacto da escola, já que, em português, o conhecimento do aluno é mais influenciado pela escolaridade da família.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 12/9/10
Assunto: Duas perguntas e um plano		Página: 18

Duas perguntas e um plano

Segunda suplente de Raimundo Colombo (DEM), a tucana Niura Demarchi elegeu como prioridade na sua passagem pelo Senado a participação nas comissões. É titular em três: Educação, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais. Há 14 anos na vida pública, a professora de Jaraguá do Sul sabe que o tempo é curto e está ansiosa para mostrar trabalho. Depois da experiência no Senado, Niura pretende retornar ao Legislativo municipal e até concorrer à prefeitura.

Como a senhora exerce o mandato nesse período de recesso branco?

Niura – Estou atuando em três comissões, acompanhando as demandas do Estado e também assuntos importantes, como o novo Código do Processo Civil. Entre os projetos que pretendo apresentar está o que altera a grade curricular do ensino médio, incluindo noções de Direito e Economia. Também estudo uma proposta sobre o orçamento da União, para diminuir o poder discricionário do presidente. Os recursos precisam ser distribuídos de uma forma melhor entre os estados.

Como a senhora está se adaptando à capital?

Niura – Brasília é encantadora. Tem sol todo dia e eu gosto muito do sol. Quando se chega à cidade, sente-se toda a alma brasileira, a diversidade.